OS INTELECTUAIS DE 1930: O SONHO DE UMA DEMOCRACIA BRASILEIRA.

Flávio Benigno de Barros Freire Neto
Universidade Católica de Pernambuco
flaviobfreireneto@gmail.com

INTRODUÇÃO

Marcado por suas idas e vindas, contradições e acertos, o período de transição entre as décadas de 1920 e 1930 estabeleceu um marco da produção intelectual na elaboração e discussão dos principais conceitos na história política brasileira, como, por exemplo, o conceito da história, da política, do intelectual, do historiador, da democracia, do autoritarismo, do corporativismo e do fascismo. O conjunto de obras concebidas ao longo desse período são, para Bolivar Lamounier, direcionadas a realização do que se tornaria depois uma tradição desses intelectuais – a crítica ao modelo constitucional de 1891. É, portanto, segundo ele, "uma tradição do pensamento que se formou em vista a ação política, com evidente intenção de influir sobre os acontecimentos", tendo como principal objetivo de "persuadir as elites politicas e culturais da época" entorno da proposta de criar um novo modelo de organização político-institucional genuinamente brasileiro (LAMOUNIER, 1981. p. 345), como buscaram nossos intelectuais aqui trabalhados – Azevedo Amaral, Almir de Andrade, Oliveira Vianna, Plínio Salgado e outros poucos, abordados neste trabalho, ou não.

O autoritarismo que pairava sobre a época justifica-se dentre tantos motivos em decorrência dos movimentos internacionais como a explosão anti-liberalista, anti-comunista e a onda fascista que crescia pela Europa estendendo-se ao redor do mundo. Essa experiência iniciada ainda na Primeira República constitui, para Lamounier, um "importante momento de inflexão na vida intelectual brasileira", onde apesar de todos os adventos "anti" alguma coisa, esses intelectuais deram um passo

enorme na difusão e institucionalização acadêmica das ciências sociais no Brasil. (LAMOUNIER, 1981. p. 345).

O surgimento da valorização da produção intelectual brasileira e da contribuição dos intelectuais, bem como, de suas influencias na construção da história do Brasil nasce atrelada aos conceitos de “nação” e “nacionalismo” durante o final do século XVIII. Esse fenômeno segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes tem início no ano de 1838 quando foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aos “auspícios do imperador D. Pedro II e a inspiração de Francisco Adolfo Varnhagen”, tendo o objetivo de escrever a história do país e ao mesmo tempo, afirmar o importante papel do Estado como criador e garantidor de nossa nacionalidade. (GOMES, 1996, p.18).

Após um século da criação do Instituto e do início de suas atividades no ano de 1941 em pleno Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas dá prosseguimento ao projeto empreendido pelo imperador, através da criação de uma revista intitulada “Cultura Política” pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A revista tinha propósito e caráter propagandista assumido do governo e a estratégia de veiculá-la em bancas de revista por um preço simbólico, fazia com que a mesma tivesse maior alcance pela população, popularizando com o passar do tempo junto com o então jornal carioca “A Manhã”. A revista “Cultura Política” e o jornal “A Manhã” foram peças primordiais para a institucionalização de inúmeros pensamentos dos intelectuais de mais alto renome do país, sendo alguns deles de prestígio já conhecidos, outros em início de carreia, porém, bastante promissores, vale salientar. Esses colaboradores, como eram chamados os intelectuais, tinham como objetivo, esclarecer o sentido das profundas transformações pelas quais o país era submetido nos mais variados âmbitos, como por exemplo: político, economia, artes, leras, ciências e conhecimentos técnicos.

É certo que as liberdades civis durante o período que se inicia em 1930 eram cerceadas pelos aparatos constitucionais, que por sua vez, refletiam a intencionalidade autoritária do projeto alvitrado pelo governo e também da mentalidade das elites influentes brasileiras, herdeiras diretas da cultura colonial

que, por sua vez, eram bastante atuantes desde antes de tal data, contando com nomes importantes como; Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Plínio Salgado, Almir de Andrade e Cassiano Ricardo, esse último, escolhido por Vargas para ficar à frente do jornal “A Manhã” do ano de 1940 até 1944.

É relevante salientar que a elite da qual nos referimos aqui constitui-se pelo grupo dos intelectuais, não estando ligados necessariamente à uma condição financeira como de costume ao termo. Para o desenvolvimento de nossa ideia, é necessário o esclarecimento de dois conceitos que nos acompanharão até o fim do presente trabalho, o primeiro, diz respeito ao que é o intelectual, sendo ele entendido por aquele que atua como um “produtor de bens simbólicos, envolvido direta ou indiretamente na arena política” (GOMES, 1996, p.38). O segundo seria o conceito de política, que em seu sentido mais autêntico está ligado ao pensamento aristotélico, sendo entendida, então, como a “ciência que estuda o sumo do bem”, tendo como objetivo claro de promover e garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo e do Estado.

Para a análise do papel do intelectual e da importância de sua produção inserida no contexto político brasileiro é interessante à observação elaborada por Castro Gomes, nele a autora reconhece a década de 1930 como um período bastante promissor em sua qualidade e quantidade, são obras que retratam o contexto do Brasil através de um viés interno, ou seja, “uma produção sobre o Brasil realizada por brasileiros” (1996, p. 37), marcada calorosamente pelo nacionalismo. O reconhecimento e a divulgação das ideias produzidas neste período são dados em grande parte ao papel desempenhando pelos jornais e revistas de “formação de opinião pública”, abrindo espaço para a popularização de outro tipo de jornalismo bastante ligado ao estudo dos problemas brasileiros, que poderíamos classificar como jornalismo crítico do cotidiano. (CASTRO GOMES, 1996.p. 47)

A formação atrelada ao passado e a tradição imperial brasileira por parte desses intelectuais do início do século XX, trouxe consigo certa desconfiança ao novo modelo experienciado no Brasil com o advento republicano, criando diversas vezes um discurso afirmativo da incompatibilidade do sistema à nossa realidade

econômica, política, cultural, étnica, social e histórica. Para que houvesse uma melhor compreensão da nova realidade brasileira a partir de então, esses intelectuais passaram a dedicar-se aos novos estudos e rumos da política brasileira e novos grupos de sociabilidade passaram a se formar, criando então uma nova "geração". Podemos entender a "geração" como um agrupamento de homens de uma mesma faixa de idade, fazendo comum a eles certo tipo de pensamento, gostos e valores, sendo assim, essas gerações se movimentam e se renovam com o tempo, sendo essas renovações articuladas pelas mudanças sociais, ideias que, todavia caminharam para o progresso. (CASTRO GOMES, 1996, p. 38-39) Seguindo a linha de pensamento da historiadora a ideia de renovação do pensamento através do tempo levando em conta as mudanças sociais é confirmada durante o período de estabilização da República que por sua vez, é "o mais frutífero na produção dos melhores trabalhos intelectuais" (1996.p. 48). Sendo assim, a década de 1930 é caracterizada pelo espírito revolucionário e tinha como projeto eliminar os vícios herdados da péssima experiência liberal iniciada ainda no século XIX e que perdurou até o período da Primeira República.

Dentre esses vícios, podemos destacar que o modelo liberal visava primordialmente valores quantitativos do mundo como ferramenta principal na construção do progresso, em detrimento dos valores construídos pelo homem. Atuava também como ferramenta propagandista dos valores e instituições internacionais de essência simplista, ignorando em vários momentos as realidades sociais, políticas e econômicas brasileiras, de forma tal, que vetava a construção do tão desejado nacionalismo.

Azevedo Amaral, por exemplo, caracterizava o liberalismo da Primeira República como de sentido destrutivo e desorganizador que acabava por separar o homem de sua terra e de sua cultura e por fim, o homem da política, premissa essa que, para ele, era necessária para chegada de um malquisto sentido anarquista. (CASTRO GOMES, 2006. p. 191-194). A chegada dos anos 30, e o novo sentido compreendido a respeito da revolução nessa época, firmaram o caráter promissor do republicanismo nas esferas sociais, politicas e intelectuais do país, o esforço da

construção de um projeto político empreendido pelo que entenderíamos depois por Estado Novo, muniu as instituições do país com as ferramentas necessárias para implementação de um projeto político destinado a abarcar de fato o contexto social como elemento primordial para o crescimento brasileiro. É nesse período que ganha força a discurso sobre o conceito que chamamos de "democracia social", conceito esse que legitima o esforço político dos anos 30 em trazer algo realmente novo. (2006, p. 189-190)

Neste sentido Gomes escreve que:

> *"Este novo sentido de ideal democrático iria sintetizar o cerne do projeto do Estado Novo, conduzindo suas formulações na dupla direção do passado e do futuro revolucionário do país. Neste esforço, o regime concebeu a realidade que devir ser construída a partir de esquemas interpretativos e diagnósticos que afirmavam sua legitimidade diante de uma passado tanto recente, quanto remoto. Projetar um novo Estado significava buscar sua legitimidade, isto é, incursionar por sua origem. E isto, por sua vez, significava reescrever a história do país, debruçar-se sobre o passado naquele sentido mais profundo em que ele significa tradição." (2006, p. 190)*

A possibilidade da elaboração de um novo Estado do zero a partir da ideia de "democracia social" era segundo Gomes a "tônica do discurso político do pós-37", discurso esse, obviamente construído durante toda a década de 30, principalmente após os erros cometidos em 1934, com a elaboração da nova Constituição, considerada por muitos como "eclética ou híbrida", haja vista, que nela combinavam contraditoriamente os princípios revolucionários do Novembro de 1930 e as ideias liberais-democráticas defendidas pelas oligarquias sulistas brasileiras (CASTRO GOMES, 1891. p. 72), não rompendo com as estruturas tradicionais.

A concepção desse novo programa político edificaria uma nova ordem baseada nas necessidades e carências do povo brasileiro, fazendo o discurso nacionalista ganhar ainda mais notoriedade e autenticidade com o tempo, fortalecendo a autoridade e a centralização do Estado.

AZEVEDO AMARAL E A DEMOCRACIA AUTORITÁRIA

O novo projeto iniciado nos anos 1930 teve a participação de vários nomes da intelectualidade brasileira da época como, por exemplo, o já citado o escritor, jornalista político e médico de formação Antônio José de Azevedo Amaral. Nascido no Rio de Janeiro no ano de 1881, Azevedo Amaral, assim como, a maioria dos intelectuais da época não pertencia a uma família de grandes posses. Filho de um engenheiro que havia trabalhado com o Visconde de Mauá na construção de estradas de ferro durante o século XIX. Formou-se em medicina, porém, não exerceu tal função, dedicando maior parte de sua vida ao jornalismo e aos ensaios políticos. Ainda durante o período da Primeira República foi ligado ao PRP, do qual, após a Revolução de 1930 acabou desligando-se do partido e passando a ser fiel defensor do presidente Getúlio Vargas, tanto que ficou posteriormente conhecido como: "O homem do Estado Novo". (LOMBARDI FERNADES, 2018. p. 49) Foi como "O homem do Estado Novo" que Amaral construiu seu nome e a tônica de seus discursos onde à derrubada dos controles políticos oligárquicos brasileiros era, sem dúvidas, a tarefa número um do "front" de batalha iniciado nos anos 30.

A delicada relação estabelecida entre a Antiga e a Nova República pela Revolução de 1930 se deu segundo Azevedo Amaral, a partir de um "acentuado colorido conservador", visto que, essa transição deveria ser realizada da maneira mais segura possível, a fim de evitar a chegada de um choque ainda maior e que colocasse em risco a restauração da tão importante "personalidade nacional". O advento restaurador alinhado com a ideia de revolução era para ele o elemento fundamental que poria fim ao regime adjetivado como demagógico, alicerçados em discursos meramente ufanistas onde tudo que havia no Brasil era grandioso, menos o homem. O homem em toda sua dimensão continuava pequeno e indiferente ao poder do Estado.

A restauração revolucionária elucidava a realidade nacional e colocava para trás o discurso de inferioridade conferido pela demagogia liberal da República Velha. O sentido de restauração para Azevedo Amaral não está ligado ao significado de retorno, mas sim, de um novo começo, tratava-se segundo Gomes (2006), de "identificar e construir o verdadeiro espírito da nacionalidade que se concentrava no

inconsciente coletivo do povo", além de que poderia representar retirada da sociedade de uma só vez do estado de natureza, organizando-a pela via do poder politico. Ainda nesse sentido, Gomes discorre que:

> *"A "restauração" seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira e a formação do segundo. Ambos os processos seriam coordenados por novas elites políticas, que de fato se comunicariam com as massas e que interfeririam no curso história, mobilizando o esforço transformador do trabalho humano." (2006, p. 195).*

Para a autora a preocupação com o social durante o período do Estado Novo inicia no Brasil uma experiência inédita que é a vivência do conceito de democracia como uma nova ordem política e social, almejando se legitimar através do reconhecimento das mais diversas realidades do povo brasileiro, tirando o governo de sua zona de conforto. Essa ideia fica bastante nítida quando Gomes discorre que "Como consequência desta transformação maior, construiu-se uma nova filosofia política e social, preocupada em adaptar as instituições ao fluxo histórico e as necessidades políticas particulares das diversas sociedades", com isso, esse movimento de valorização das pessoas e da realidade brasileira se originava da nova ordem política e filosófica que nascia no início do século XX juntamente com o despertar e a mobilização das grandes massas o homem passava a ser o grande centro das preocupações nascendo o que Gomes autora qualifica como a "nova democracia", democracia essa que colocava os direitos básicos dos homens em primeiro lugar.

Sob a ótica de Amaral, a nova democracia, seria autoritária baseada nos princípios corporativistas e no cientificismo da época de caráter biologizante como acontecia nos regimes totalitários que se alastravam pelo velho continente, apesar, do intelectual negar essas aproximações. A negação ao totalitarismo se dava ao principio de que os modelos lá desenvolvidos se baseavam no poder coercitivo do Estado e também nas dominações de classes (SAES, 2008. p. 71), poder esse que não funcionaria dentre a realidade brasileira, porém, defendia a tutela do Estado sobre a população, justificada pelo próprio espírito político elitista da época em

detrimento da ignorância e despreparo das populações. (OLIVEIRA, 1982. p. 32-33) Para Azevedo Amaral poderíamos entender por um Estado autoritário uma política que segundo ele:

> *"[...] baseia-se na demarcação nítida entre aquilo que a coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo, pela pressão da maquinaria estatal, e o que forma a esfera intangível de prerrogativas inalienáveis de cada ser humano. Assim, enquanto o Estado fascista, igualando-se nesse ponto essencial ao Estado comunista, encara os indivíduos como meras unidades a serem utilizadas na organização estatal, como elementos destituídos de iniciativa e de liberdade, o Estado autoritário do tipo instituído entre nós pela Constituição de 10 de Novembro obriga apenas o cidadão a entregar-se à coletividade no que deve e não pode deixar de pertencer a ela, mas deixa-lhe intacta a órbita em que impera soberana a sua consciência pessoal e na qual se concentram os interesses especiais que só a ele dizem respeito." (AMARAL, 1938. p. 156)*

O despreparo da população em sua visão era a questão que asseverava o caráter perverso da democracia segundo Azevedo Amaral. O autoritarismo para o intelectual serviria como um mecanismo de aceleração ao desenvolvimento do progresso evolutivo do indivíduo e da nação. O Estado dotado da autoridade, a partir de então, passaria a atuar na organização e harmonização da realidade garantindo o seu pleno funcionamento. (OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982. P. 51-52) O corporativismo, influência herdada da experiência fascista também era mecanismo eficiente na estruturação e consolidação desse processo. Em sua conhecida obra "*Estado autoritário e a realidade nacional"* Azevedo Amaral, diz que: "O Estado autoritário baseia-se na demarcação nítida entre aquilo que a coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo, pela pressão da maquinária estatal, e o que forma a esfera intangível de prerrogativas inalienáveis de cada ser humano." (1938. P. 90).

Dada à notória fragilidade da democracia, visão essa não particular a Azevedo Amaral, os intelectuais passaram a reconhecer o autoritarismo como um meio revolucionário construindo uma nova ordem e garantindo a unidade nacional. Para esses intelectuais o autoritarismo poderia ser caracterizado como uma

experiência revolucionária, uma vez que, produz um processo de mudança e reformas estruturas, políticas, sociais e culturais brasileiras, adaptada as nossas "peculiaridades".

O AUTORITARISMO E CORPORATIVISMO DE OLIVEIRA VIANNA

Nascido na cidade fluminense do Rio Seco de Saquarema, em 20 de junho de 1883, Francisco José de Oliveira Viana ou Oliveira Vianna como é conhecido no meio intelectual, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói em 1906, nesta mesma instituição tornou-se professor de Direito Penal exercendo tal função entre os anos de 1932-1940. Ocupou cargos institucionais notáveis como diretor do Instituto do Fomento do Estado do Rio de Janeiro (1926); membro do Conselho Consultivo do Estado; consultor jurídico do Ministério do Trabalho; membro da Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto da Constituição (Comissão do Itamaraty) em 1932; membro da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, finalmente, a partir de 1940, ministro do Tribunal de Contas da União. Durante o exercício do cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho durante o governo Vargas foi um dos responsáveis pela elaboração da nova legislação trabalhista brasileira.

Suas obras, assim como a de vários outros intelectuais da época, compreendiam uma intensa preocupação com a formação da nacionalidade e de instituições genuinamente adequadas às peculiaridades brasileiras abordando temas tradicionais da época como: o problema racial, a construção do nacionalismo e a rejeição ao modelo constitucional de 1891. Sua primeira obra "*Populações Meridionais do Brasil"* publicada no ano de 1920 consagrou Oliveira Vianna nas palavras de Monteiro Lobato, renomado escritor da época que segundo o historiador José Murilo de Carvalho, era um "antípoda" de Vianna, que afirma ser ele "o grande orientador de que o Brasil precisava" (1991. p. 82), orientador esse, segundo o sociólogo Evaldo Vieira, obcecado pela compreensão política nacional e pela investigação objetiva do meio, com intento na renovação das ideias, reelaboração da cultura e aperfeiçoamento do caráter brasileiro. (1981, p. 27).

Para Bolívar Lamounier, a consagração de Oliveira Vianna no meio intelectual brasileiro se concretiza pelo fato dele assumir uma postura incorporada do pensamento autoritário, pensamento esse, que iria além da “glorificação da tradição conservadora do Império”, uma vez que, “proclamava-se detentora monopólica do realismo político e das boas intensões nacionais.” (1978, p. 355) Foi a partir de *Populações Meridionais*, que Oliveira Vianna abriu as portas e consolidou seu nome da história dos intelectuais no Brasil bem como, de sua participação na vida política, destacando seu momento de apoio e contribuição ao Estado Novo, período esse, de sua trajetória marcada tanto pelo seu apogeu, como também seu ocaso, ocaso esse agravado por seu apoio a ditadura militar de 1937. (CARVALHO, 1991. p. 83)

A produção de seus estudos era marcada como de comum à sua época pelo forte caráter cientificista produzido no século XIX, baseada nos estudos dos principais nomes da época, internacionais e nacionais, dentre eles Ranke, Durkheim. Alberto Torres e o Visconde de Uruguai.

Oliveira Vianna em seus escritos, referia-se repetidamente a experiência liberal como falha, pois, havia cometido o pecado por excesso de cópia de instituições estrangeiras como a federação, o júri popular, e a justiça eletiva como destaca José Murilo de Carvalho. (1991, p. 85) “O fim do liberalismo inauguraria a fase solidarista no Brasil, cumprindo assim uma tendência do mundo moderno.” (VIEIRA, 1981. p. 115)

Diante dessa organização de bases solidarista a ideia do corporativismo e consequentemente da criação do Estado Corporativista, cai como uma luva, fortalecendo os valores nacionais brasileiros articulados pelo projeto revolucionário iniciado em 1930. Um desses valores seria a preocupação em solucionar a “questão social” (VIEIRA, 1981 p. 28), preocupação essa, originada da leitura de Durkheim. A estabilização da questão social poria fim às relações egoístas vivenciadas entre as classes, ou seja, o corporativismo seria um esforço em manter o estado de equilíbrio entre os grupos sociais e profissionais. Nesse sentido, Vieira destaca que a corporação assumiria a função de controle da instabilidade social. (1981, p. 18)

O fascínio de Oliveira Vianna por essas ideias era inegável. Seu conhecimento e domínio profundo sobre elas permitiram, por exemplo, que ele trouxesse para o Brasil os instrumentos ideológicos necessários conduzir a centralização do governo, o fim do caudilhismo estrangeiro (CARVALHO, 1991, p. 86) e a legitimação do intervencionismo estatal na sociedade. (VIEIRA, 1981, p. 19) É relevante lembrarmos que o Estado Corporativo não é um conceito de essência estática, tanto que, foi utilizado por posições políticas distintas a exemplo, do Salazarismo e do Fascismo italiano. Desta forma, o historiador Evaldo Vieira, define por Estado Corporativo aquele que nasce dos grupos sociais organizados, as corporações, de modo a tornar-se a expressão dos interesses econômicos dos mesmos e das forças culturais que os orientam. (1981, p. 21)

Celso Furtado importante economista e estudioso sobre o desenvolvimento nacional define o projeto de Oliveira Vianna dotado por um objetivo especifico: o de construir o “Estado Nacional” como via de acesso a “civilização” (2003, p. 36), representando assim, a modernização. Em sua visão o povo brasileiro era impregnado por um “determinismo negativo” e outro “positivo”. O negativo seria representado pela ausência do sentindo da “coisa pública”, impedindo o surgimento do sentido pleno do Estado de forma natural. O positivo seria marcado pela índole do povo brasileiro, nas palavras de Vianna, favoráveis a criação de um Estado forte e centralizado que, entre outras, teria a função de educar o povo para a nacionalidade e para o sentimento público. A condução dessa modernização pelo Estado Forte resultaria na constituição de uma sociedade alicerçada em valores comunitários e organizações coletivas (FURTADO, 2003, p. 36.), valores esses típicos do corporativismo.

Sobre a modernização, Celso Furtado reconhece em Oliveira Vianna mais dois pontos relevantes em seu pensamento. O primeiro deles seria o fato de Vianna sair em defesa da construção de uma “unidade política, a continuidade administrativa e a supremacia da autoridade central”, acreditando que somente desta forma pudesse ser garantido com estabilidade à liberdade civil, ponto esse, a contrariar as características universais da democracia. O segundo estava vinculado

à criação de um aparato ou corpo técnico responsável pela efetivação de políticas públicas alinhadas a suprir as necessidades reais. A ideia de criar os “corpos técnicos” é fruto da influência objetiva de Ranke no discurso de Vianna. Para ele, os corpos técnicos representariam a solução para o conflito de interesses que poderiam surgir entre as elites dirigentes durante a defesa dos interesses políticos pessoais sobrepondo os coletivos e reais, tornando as ações do governo despolitizadas (2003, p. 36-37), garantindo assim, a eficácia do desenvolvimento verdadeiro da nação.

As influências do Visconde de Uruguai sobre Vianna se traduzem ao momento em que o intelectual passa a enxergar o Estado como elemento crucial de transformação política, principalmente num país como o Brasil que não estava acostumado com a tradição do autogoverno, passando o Estado, a ser visto como protetor da liberdade, criador do espírito público, moldando a nação, atuando como um pedagogo.

Ainda inspirado por Uruguai, nosso intelectual distingue os direito civil do político, onde, deposita nos direitos civis ou sociais sua confiança no sentindo de que seria ele universal, garantindo a igualdade a todos, já os direitos políticos, eram desiguais variando de acordo com as capacidades individuais. (CARVALHO, 1991, p. 87) Essa desigualdade acaba por legitimar e atenuar o discurso da ingenuidade ou despreparo político referente de parte da população brasileira, reforçando a necessidade do Estado centralizador.

O corporativismo e suas instituições significavam para Oliveira Vianna o caminho para a viabilidade da democracia no país, atuando como uma “mediação entre o país real e o país legal, isto é, entre nação e Estado” as corporações representam as classes perante o Estado, mediando os conflitos sociais, legitimando o uso da força do Estado sobre o social e sobre a economia com intuito de realizar a “paz nacional”, seria então, o surgimento da “democracia corporativa”. Para Vianna, o Estado Corporativo conduziria o nascimento da democracia. Em sua visão a verdadeira democracia brasileira surgiria da ditadura (VIEIRA, 181, p. 132-133), porém, essa ditadura se distanciaria totalmente daquela pensada por Plínio Salgado,

intelectual esse cujas ideias eram repudiadas por Oliveira Vianna pelo seu teor totalitarista à exemplo do apelo à mobilização política e o culto a liderança carismática.(CARVALHO, 1991, p. 95)

PLÍNIO SALGADO E A ALTERNATIVA INTEGRALISTA

Plínio Salgado nasceu na cidade de São Bento de Sapucaí interior de São Paulo em 22 de janeiro de 1895, filho do coronel Francisco das Chagas Esteves Salgado ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP) e da professora Francisca Rennó Cortez. Salgado convive desde a infância em um meio extremante intelectualizado recebendo desde pequeno, lições sobre os valores do cristianismo e do nacionalismo salvacionista bem como, as proezas dos grandes nomes da época como Caxias e Osório, por influencia de seu pai. Crescendo num período crucial da história brasileira, Plínio Salgado presencia as principais transições da época como, a passagem do Brasil Império para o Brasil República iniciado no ano de 1889, o fim da escravidão em 1888 e a implementação da mão de obra livre e a estruturação de uma burocracia jurídico-política republicana. (NASSAR DA SILVA, 2007, p. 10)

Jornalista de profissão iniciou suas atividades no ano de 1916 ainda em sua cidade natal no jornal semanal *Correio de São Bento,* ao mesmo tempo em que dedicava-se ao magistério, atividade essa que permite sua aproximação e dedicação ao estudo da filosofia materialista. No ano de 1918, Plínio inicia sua vida na política sendo um dos fundadores do Partido Municipalista. Ainda no mesmo ano o intelectual recentemente casado perde sua esposa dias após o nascimento de sua primeira filha, evento esse, que o redireciona às leituras católicas de Raimundo Farias de Brito e Jackson de Figueiredo[1], tornando-se então, o discurso religioso sua marca central, presente em toda sua obra, onde repetidas vezes, defendeu inclusive que seu discurso seria uma espécie de missão recebida por Deus. (PEREIRA GONÇALVES, 2012, p. 51) Paralelamente aos problemas pessoas que transformam sua vida, o redirecionamento da trajetória de sua obra e de sua vida são

[1] Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. (https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/plinio.

influenciadas pelo clima ideológico nacionalista marcante vivenciado no mundo no período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), inflamando ainda mais esse caráter em seu discurso. (NASSAR DA SILVA, 2007, p. 10)

Guiado pela influência dos pensadores que se formavam naquela época, Plínio Salgado não foge a regra ao tecer fortes críticas aos modelos arcaicos da política brasileira como a experiência liberal, da qual, considerava como os outros uma prática equivocada a realidade brasileira. Enxergava também segundo Nassar, a política oligárquica implantada por Campos Salles como um elemento já bastante desgastado (2007. p. 11) e individualista, uma vez que, representava a defesa dos interesses únicos da oligarquia agrária. O movimento que se experiência no Brasil a partir de 1920 era o da construção de um novo discurso, da revolução, da renovação e da busca pelas raízes nacionais como defendia Azevedo Amaral e Oliveira Vianna. Surgia nesse momento novos valores da ordem social, as elites agrárias estavam cansadas, e a subversão da ordem tradicional acontece passando as classes operária e média urbana a protagonizar essa renovação.

A renovação da vida brasileira viria então, através do advento modernizador impulsionado ainda mais pela Primeira Guerra Mundial: a industrialização, desligando a imagem do Brasil como um país essencialmente rural. Trava-se a partir de então, um constante conflito do meio intelectual com a história passado/tradição e a construção do discurso futuro mais adequando as condições de que haveriam de se criar daqui em diante. “Os intelectuais buscam as raízes da nacionalidade, seja no folclore, seja na religiosidade. Historiadores, sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos, entre outros, buscam executar um estudo aprofundado do real, revelando as razões das vicissitudes do país.” (IGLÉSIAS, 1993, p.228 in. NASSAR, 2007. p. 12.)

A participação de Plínio Salgado no movimento Modernista o possibilitou aproximar-se dos meios para consolidação de sua proposta renovadora, assim como, de seu estabelecimento no meio intelectual logo em seus primeiro anos. A culminância de sua proposta renovadora se daria a partir de 7 de outubro de 1932 com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Salgado define a AIB como um

movimento do “despertar da nação”, compondo então, um discurso com base na tradição católica cristã, direcionado a solucionar as angustias e problemas que dominavam as esferas sociais, politicas, econômicas e culturais. (PEREIRA GONÇALVES , 2012. p. 49-50)

Para o historiador lusitano António Costa Pinto, citado no artigo *A formação do integralismo brasileiro e a literatura de Plínio Salgado* de Leandro Pereira Gonçalves, o movimento integralista pode ser considerado como o “mais bem sucedido dos movimentos fascistas latino-americanos” (2012. p. 50). Os anos 1930 no Brasil representa para os historiadores o período onde houve uma intensa “fascitização” do ideário intelectual e político, influenciado tanto pelos regimes totalitários, antiliberais e conservadores que dominavam o velho continente. A chegada desse fenômeno até território tupiniquim segundo Nassar foi facilitado pelo clima ideológico do Governo Vargas (2007, p. 18), auge dos movimentos de extrema direita.

O crescimento da AIB na esfera nacional não depositava-se somente à figura de Salgado, mas também das propostas e do sentindo que o mesmo atribui ao movimento. Em *O que é o Integralismo* de 1933, nosso intelectual logo nas primeiras páginas esclarece a natureza de seu movimento, da qual classificava como “simples e desembaraçada das malhas da erudição” (1933. p. 17), renovadora e educativa, um guia para a população num momento de confusão, sendo assim, escreve:

> *“Escrevo para o meu povo, numa hora de confusão e dúvidas, tanto nacionais como universais, e todo meu desejo é tornar acessível aos simples o pensamento que já penetrou as classes ilustradas do País. Êste livro pertence aos operários das cidades e aos trabalhadores do campo, ao soldado e ao marinheiro, ao estudante que ainda não atingiu os concursos superiores, aos pequenos proprietários, aos pequenos comerciantes, aos animadores das modestas iniciativas agrárias ou industriais. Tôda essa população brasileira, que fervilha nos centros urbanos ou se espraia pelos sertões, precisa ter uma consciência nítida do que lhe cumpre fazer e, principalmente, do que estamos fazendo, nós os integralistas, que já somos tantos, das diferentes circunscrições da República.” (SALGADO, 1933. p. 17-18)*

O integralismo seria nas palavras de Salgado, um movimento universal, considerando a integração entre “o homem, a sociedade e as nações de um ponto de vista total, isto é, somando todas as suas expressões, todas as suas tendências” (1933. p. 25), o homem e sua inserção na sociedade são para o integralismo as peças chave para o funcionamento harmonioso da nação, tanto que em sua obra enumera quatro pontos do qual pretende realizar, sendo eles: “o Homem Integral, a Sociedade Integral, a Nação Integral e a Humanidade Integral.” (1934, p. 27)

Com isso, os integralistas pretendiam cumprir seus objetivos através da autoridade. O também integralista Gustavo Barroso ao tratar dessa questão, defende que a autoridade seria atributo crucial para o fim das aventuras, empirismos e extremismos, propiciando à nação a existência de um governo equilibrado, num Estado totalitário que abrace o homem em seus diversos aspectos. Em sua obra *Integralismo em marcha,* Barroso, atrela à autoridade a fé. (BARROSO, 1936, p. 16-17) A Fé da qual refere-se Barroso pode ser entendida tanto em seu sentido religioso, mas também de compromisso. Compromisso esse, de construir um “Brasil Novo”, distante das obras aventureiras ou do acaso. Isto posto, o cientista político Hélgio Trindade, classifica essa “fé” como a tradução de projeto ambicioso proposto pelo integralismo de criar “uma cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiro.” (1981. p. 321-322)

Sobre o sentido amplo de revolução logrado na época, os integralistas classificavam como fracas aquelas que derramavam sangue ao contrário das que derramam ideias. Categorizavam a guerra, o uso da violência e da força como um mau a ser combatido, mau esse que acentuava a desigualdade social, física e política (BARROSO, 1936, p. 30-32), submetendo a massa da população a um único homem que por sua vez, está acima das leis, a despotismo monárquico. É neste mesmo plano de negação dos regimes que submetem o povo ao poder de um único homem que Barroso acena negativamente à democracia, classificando-a como o sistema contrário ao que desenvolvia-se durante o despotismo monárquico, a chamando do “novo despotismo”, fazendo agora o “indivíduo submetido à massa”, triturando-os em caprichos e demagogias. Barroso assim como Salgado, afirma que

o regime democrático é uma ameaça eminente tanto em fenômenos como o comunismo e o liberalismo, em ambos o caráter democrático é considerado desorganizador, criando falsa ideia de exercício das liberdades no povo, chegando a compará-lo em dado momento com uma “abençoada anarquia” (1933. p. 37-38)

Plínio Salgado justifica sua descrença na liberal-democracia pelo fato dela declarar a liberdade humana de modo quase que absoluto. Além das demagogias citadas por Barros, é criado através desse pensamento um Estado fraco, corroído e meramente expectador da batalha econômica, deixando aos poucos a capacidade de controle sob a justiça social e o equilíbrio da produção e do consumo. (1933. p. 31) O também integralista Miguel Reale em *ABC do integralismo (1935)*, faz das palavras de Mussolini, as suas ao classifica a democracia, como o “regime que dá ao povo a ilusão intermitente de ser soberano”, em qualquer lugar do mundo, inclusive no Brasil, que segundo ele, é um caso especial igual como acontece em todos outros países sul-americanos. A intermitência da soberania é justificada pelo intelectual pelo fato da natureza desigual da sociedade, a exemplo das famílias de coronéis do interior brasileiro que mantém forte controle econômico, social e político sobre os menos favorecidos, inclusive sobre os votos.

O voto, “pivot” das democracias, soa para Salgado como a “a grande mentira que serve de instrumento à opressão das massas trabalhadoras, iludidas na sua boa fé”. O voto em seu funcionamento verdadeiro deveria cumprir o papel de exprimir um interesse real na relação entre o eleitor e o candidato (1933. p. 31-32), o que acaba por não acontecer devido às desigualdades de natureza social citadas por Reale. Diante dessas questões Barroso sustenta que: “As escolhas são, portanto, o produto de maiorias ocasionais e partidárias, isto é, contrarias ao todo, ignorantes, inconscientes mesmo e iludidas pelos que delas se aproveitam.” (BARROSO, 1933. p. 40) Para garantir o voto consciente numa eleição é preciso reconhecer e conhecer (REALE, 1935, p. 61), porém, Salgado (1933) afirma que o sufrágio universal subordina todas as realidades sociais a uma vaga noção do que seria a vontade geral, mascarando e manipulando o individuo a tomar posições que não os presentam. De espírito exaltado Salgado condena o voto como um principio de

imoralidade, “Tudo é mentira”.*“A democracia individualista afoga o indivíduo no oceano do sufrágio. O voto, na liberal-democracia, é a vala comum de todas as vontades. Essa grande expressão amorfa, sem caracteres, denomina-se a “vontade geral”, e dela procede, nas democracias, a ilusória “soberania nacional.” (SALGADO, 1934, p. 34)*

Podemos então concluir que o Integralismo pretende então aos auspícios de Plínio Salgado realizar uma “democracia de fins e não uma democracia de meios”. O Integralismo surge em suas palavras como “a única força capaz de implantar a ordem, disciplina. A única força capaz de amparar o homem, hoje completamente esquecido...”, e completa, “nas democracias o homem está entregue a si mesmo.” (SALGADO, 1933. p. 39-40) Com isso, os integralistas pretendem estabelecer a verdadeira democracia – a corporativista. Em defesa dessa ideia afirma: “só a corporação exprime os legítimos interesses da Nacionalidade, não só porque constitui uma expressão econômica, mas principalmente porque representa uma expressão ética”, não restando dúvidas que somente “sobre a base corporativista que o Integralismo construirá a Pátria Brasileira” (SALGADO, 1934, p. 74)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sofrida durante esse período, a democracia brasileira lutou para sobreviver aos intelectuais e seus projetos de um futuro melhor. Percebemos que nenhum dos intelectuais excluiu a importância da experiência democrática em nosso país, porém, duras foram as criticas ao modo pelo qual foi vivenciada. Durante a estruturação do que seria e abrangeria o Estado Novo, Azevedo Amaral deixa claro seu gosto pela autoridade e o empenho ao combate dos vícios e elementos alienígenas absorvidos pela cultura brasileira, despertando assim, atenção para urgência de uma nova ordem política e social que abraçasse as múltiplas e díspares realidades do povo. Ao direcionar o povo como uma preocupação real para o Estado brasileiro, nasceria para a historiadora Ângela de Castro Gomes a “nova democracia”, a “Democracia Autoritária.”.

A noção da democracia para esses intelectuais também poderia ser compreendida como um espaço formal, administrativo e burocrático que por meio do modelo representativo, matinha o cidadão de fora desse espaço, logo, foi chamada por todos os lados de “demagógica”, “ilusória”, e até mesmo “perversa” por alguns. Outro consenso ao qual chegam os intelectuais deste período sobre a democracia, é que ela poderia ser experiência através do modelo corporativista. Desafeto dos intelectuais, o sufrágio universal, marco da democracia é rotulado como afirmador da falsa noção de igualdade real entre os indivíduos, tornando-se instrumento de opressão dos menos favorecidos.

O duro golpe proferido pelo peso das palavras proferidas durante a trajetória narrativa que se constrói durante a década de 1930 a democracia sobrevive, sendo ela reinventada e ressignificada: “corporativista”, “social”, “autoritária” seja qual for, sempre esteve atrelada ao povo, ao indivíduo e nunca esquecida, se talvez algum momento ela abandonou o homem a si mesmo como exaltou Plínio, o homem por sua vez, não. Mesmo intermitente a democracia brasileira atravessou peso do tempo e das palavras, sofreu golpes, porém, em todos seus valores resistiram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Azevedo. O Estado autoritário e a realidade nacional. E-booksBrasil.org. 2002.

AZEVEDO MARQUES DE SAES, Guillaume. Uma análise do pensamento de Azevedo Amaral com base em suas obras: O Brasil na crise atual e o Estado autoritário e a realidade nacional. Revista Territórios e Fronteiras V.1 N.1 – Jan/Jun 2008.

BARROSO, Gustavo. O Integralismo em marcha. Ed. Civilização Brasileira, S/A. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1936.

CARVALHO, José Murilo. A utopia de Oliveira Viana. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991,

CASTRO GOMES, Ângela. História e historiadores: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CASTRO GOMES, Ângela Maria. Confronto e compromisso o processo de constitucionalização (1930-1935). In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, Volume 3 (Sociedade e política). São Paulo: Difel, 1981.

DINIZ, Elis. O Estado Novo: Estrutura de poder e relações de calsses. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, Volume 3 (Sociedade e política). São Paulo: Difel, 1981.

FURTADO, Celso. Os intelectuais, a política e o planejamento na teoria do subdesenvolvimento. EAESP/FGV/NPP - NÚCLEO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES, 2003.

LOMBARDI FERNANDES, Maria Fernanda. Azevedo Amaral e a revista Novas Diretrizes: um projeto de modernização autoritária do Brasil. Revista Política Hoje - Volume 27, Edição Especial,2018.

MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NASSAR DA SILVA, Dangelis. A interpretação do Brasil na obra de Plínio Salgado (1926-1937). São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PEREIRA GONÇALVES, Leandro. A formação do integralismo brasileiro e a literatura de Plínio Salgado. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 4 n. 8 p. 49-67, jul./dez. 2012.

REALE, Miguel. ABC do Integralismo. Livraria Joé Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1935.

SALGADO, Plínio. O que é o integralismo? São Paulo: Editora das Américas, 1955. d. (1ª. edição 1934)

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974 in. NASSAR DA SILVA, Dangelis. A interpretação

do Brasil na obra de Plínio Salgado (1926-1937). São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

VIEIRA, Evaldo. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: Oliveira Vianna & Companhia. 2.ª ed. São Paulo. Cortez, 1981.